

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 161

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltoninho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**Ato da Presidência:****RESOLUÇÃO Nº 010/2000**

Data: 30 de outubro de 2000.

Súmula:

Dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de revisão constitucional e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

**TÍTULO I**  
**DA REVISÃO CONSTITUCIONAL**

Art. 1º - Os trabalhos de revisão constitucional se regerão por esta Resolução e, subsidiariamente, pelas normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

§ 1º - As sessões dos trabalhos revisionais, ordinárias e extraordinárias, serão abertas com a presença de, pelo menos, 28 deputados estaduais, registrada pelas listas próprias e se realizarão:

I - as ordinárias, nos dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às 14 horas e terminando às 19 horas, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9 horas às 13 horas, sempre em sessões especiais, em horário diferente das sessões ordinárias normais;

II - as extraordinárias, mediante:

a) convocação de seu presidente;

b) decisão do Plenário decorrente de requerimento de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem esse número.

§ 2º - Os trabalhos da Assembléia Legislativa, inclusive reuniões de Comissões, não poderão coincidir com os horários das sessões de revisão.

**TÍTULO II**  
**DOS TRABALHOS DE**  
**REVISÃO CONSTITUCIONAL****Capítulo I**  
**Da Direção dos Trabalhos**

Art. 2º - Os trabalhos da revisão constitucional serão realizados sob a direção da Mesa da Assembléia Legislativa.

**Capítulo II**  
**Da Discussão das Propostas de Emenda e da Votação**

Art. 3º - Na sessão seguinte à publicação destas normas, terá início a discussão preliminar da matéria, que se prolongará pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

Parágrafo Único - Antes de se iniciar a discussão, o presidente designará o relator e, a pedido deste, nomeará relatores adjuntos.

Art. 4º - Poderão oferecer emendas nos 30 (trinta) primeiros dias de discussão:

I - qualquer deputado estadual;

II - representação partidária com assento na Assembléia Legislativa, por meio de líder.

§ 1º - As propostas deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, com expressa indicação do dispositivo, capítulo ou título da Constituição Estadual a que se referem ou com o qual tenha correlação.

§ 2º - As emendas deverão incluir, quando for o caso, disposições transitórias relativas à sua entrada em vigor.

§ 3º - É vedada a apresentação de propostas revisionais que:

I - incidam na proibição constante do § 4º do artigo 60 da Constituição Federal;

II - substituam integralmente a Constituição;

III - digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas;

IV - contrariem a forma republicana de Estado e o sistema presidencialista de governo.

§ 4º - Poderão apresentar proposta revisional, observado o prazo fixado no *caput* e nos termos do artigo 3º desta Resolução, o governador do Estado, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado.

§ 5º - Fica assegurada, no prazo estabelecido no *caput* e nos termos do art. 3º, a apresentação de proposta revisional popular, desde que subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, em listas organizadas por, no mínimo, duas entidades associativas legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores do título eleitoral;

II - a proposta será protocolada perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas para a sua apresentação;

§ 6º - As propostas de que tratam os §§ 4º e 5º terão a mesma tramitação das demais, integrando sua numeração geral.

§ 7º - As propostas de emenda constitucional em tramitação na Assembléia Legislativa, ainda pendentes de parecer de mérito, serão transformadas em propostas revisionais e encaminhadas à Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Durante o período de discussão, o parlamentar poderá falar, uma só vez, em cada sessão, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 6º - Findo o prazo de apresentação das propostas, serão estas publicadas, tendo os deputados estaduais o prazo de cinco dias, contados da publicação, para apresentar emendas às propostas, as quais poderão ser supressivas, modificativas ou aditivas.

§ 1º - Admitir-se-á, ainda, o oferecimento, em Plenário, no momento da votação, de emendas aglutinativas, resultantes de fusão de emendas em tramitação, ou destas com o texto de propostas em apreciação.

§ 2º - As emendas aglutinativas podem ser apresentadas pelos autores das emendas objeto de fusão, por 10 deputados estaduais ou por líderes que representem este número, devendo o relator manifestar-se de imediato sobre elas, podendo oferecer subemendas.

§ 3º - No caso de apresentação de emenda aglutinativa, admitir-se-á destaque para a parte de emenda objeto da fusão que não tenha sido aproveitada no texto aglutinado, mediante requerimento de 10 deputados estaduais.

Art. 7º - Encerrada a discussão, as propostas revisionais e as emendas a elas oferecidas serão reunidas e organizadas em grupos, conforme a matéria constitucional a que disserem respeito, e enviadas ao relator, que sobre elas emitirá pareceres no prazo de dez dias, podendo concluir pelo oferecimento de subemendas ou substitutivos.

§ 1º - Decorrido o prazo previsto no *caput*, sem manifestação do relator, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento subscrito por 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, podendo o parecer ser dado oralmente em sessão.

§ 2º - Em se tratando de parecer a grupo de propostas, concluirá aquele pela aprovação de uma delas, pela sua prejudicialidade ou rejeição das demais, pelo oferecimento de substitutivo ou pela rejeição global da matéria.

Art. 8º - Oferecido parecer à proposta revisional ou a grupo de propostas, será a matéria encaminhada à Mesa para publicação.

Parágrafo Único - As propostas revisionais, as emendas, subemendas, substitutivos, pareceres do relator, e outras matérias objeto de deliberação, apenas serão submetidas à deliberação em Plenário, após publicação na pauta por duas sessões.

Art. 9º - Observado o interstício de 24 horas da publicação com os pareceres respectivos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para apreciação.

§ 1º - A inclusão das matérias na Ordem do Dia obedecerá à ordem crescente dos dispositivos da Constituição sobre os quais incidam.

§ 2º - Será permitido a qualquer deputado estadual, antes de iniciada a Ordem do Dia, com apoio de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número, requerer preferência para votação

de proposta de emenda sobre as do mesmo grupo, observado o disposto nos artigos 177 a 181 do Regimento Interno desta Casa.

Art. 10 - O encaminhamento da votação de propostas será feito por dois oradores a favor, tendo preferência o autor da proposta, e dois contrários, previamente inscritos, pelo prazo de cinco minutos, além do relator.

Art. 11 - No caso de apreciação de grupo de propostas, terá preferência para votação aquela com parecer favorável ou substitutivo do relator, ressalvada a apresentação de requerimento na forma do § 2º do artigo 9º desta Resolução.

Art. 12 - Aprovada a proposta revisional, ou o substitutivo que regimentalmente tenha preferência, votar-se-ão, em seguida, os requerimentos de destaque apresentados, aplicando-se, no que couber, o disposto nos artigos 170 e 171 do Regimento Interno.

§ 1º - Os destaques concedidos pelo Plenário serão votados logo após a aprovação do requerimento respectivo.

§ 2º - No encaminhamento da votação da matéria destacada, será observado o disposto no artigo 10.

§ 3º - As emendas não destacadas serão arquivadas.

Art. 13 - Cada matéria constitucional, depois de aprovada em primeiro turno, será remetida ao relator para realizar a compatibilização ou a sistematização dos preceitos e a consolidação do texto, com vistas ao segundo turno.

§ 1º - O relator terá o prazo de cinco dias para concluir os trabalhos mencionados no *caput* e enviar o texto à Mesa para publicação.

§ 2º - As emendas oferecidas em 2º turno de votação serão enviadas ao relator para apresentação de parecer em 48 horas, o qual deverá ser publicado.

§ 3º - Observado o disposto no parágrafo único do artigo 8º, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo preferência em relação às ainda não votadas.

§ 4º - Na discussão, a palavra será concedida uma só vez aos oradores inscritos, no máximo de dois, com preferência para o autor, pelo prazo de cinco minutos, assegurado o uso da palavra ao relator, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação, seguida da apreciação dos requerimentos de destaque que somente poderão incidir sobre as emendas oferecidas no segundo turno.

§ 6º - Encerrada a votação, a matéria aprovada será encaminhada ao relator para oferecimento da redação final, dispensando-se esta, a juízo da Mesa, ouvido o relator, se aprovada sem emendas ou na forma de substitutivo integral.

§ 7º - A redação final será oferecida no prazo de 48 horas, sendo incluída em Ordem do Dia, observado o disposto no parágrafo único do artigo 8º.

§ 8º - A redação final será apreciada sem discussão, admitido o encaminhamento de votação, que se dará por maioria simples e processo simbólico.

§ 9º - As dúvidas em relação ao texto serão dirimidas de imediato pela Mesa, ouvido o relator.

§ 10 - Decorridos cinco dias da publicação da redação final, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, com preferência sobre qualquer outra, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão.

§ 11 - A inclusão da matéria na Ordem do Dia, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão, será feita a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, sujeito à deliberação do Plenário, por maioria absoluta.

Art. 14 - A aprovação das matérias constitucionais dar-se-á por maioria absoluta de votos dos deputados estaduais.

### **Capítulo III**

#### **Dos Destaques**

Art. 15 - O destaque das partes de qualquer proposição em tramitação, bem como de emenda do grupo a que pertencer, será concedido mediante deliberação do Plenário a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, para:

I - votação em separado;

II - votação de emenda;

III - inclusão, no texto aprovado, de parte de emenda, subemenda ou proposição em tramitação.

§ 1º - Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados dentro das 24 horas que se seguirem à publicação. Na hipótese de pareceres em Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser oferecidos até o anúncio da votação da matéria a que se referirem.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação dos destaques deverá ser subscrito por, no mínimo, 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e apresentado até o início da Ordem do Dia. Ocorrendo o término da votação de uma matéria e iniciando-se, no mesmo dia, a votação da matéria em relação à qual incida o requerimento de preferência, sua apresentação se dará duas horas antes de iniciada a votação.

§ 3º - Mediante requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e deliberação do Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser votados em bloco.

§ 4º - Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que for protocolado primeiro número de subscritores, a preferência caberá àquele que tiver sido oferecido em primeiro lugar.

§ 5º - Anunciada sua votação e ausente o primeiro signatário do requerimento de destaque, ficará este prejudicado.

§ 6º - Aprovado requerimento na hipótese de destaque prevista no inciso I do *caput*, será submetida à votação a matéria destacada, ficando aprovada se receber votos positivos da maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 7º - Aprovado requerimento nas hipóteses de destaque previstas nos incisos II e III do *caput*, considerase incluída no texto respectivo a matéria objeto do destaque, se aprovada pela maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 8º - As propostas, as emendas e os destaques aprovados prejudicarão as proposições idênticas ou de finalidade oposta; os rejeitados prejudicarão as idênticas.

§ 9º - Rejeitado ou retirado o requerimento de destaque, ou ainda, de qualquer forma considerado prejudicado, a matéria respectiva retornará ao grupo ou proposição a que pertencer e será tida como aprovada ou rejeitada conforme o sentido da votação original.

§ 10 - As emendas com parecer favorável do relator serão votadas destacadamente, independentemente de requerimento nos termos deste artigo.

### **Capítulo IV**

#### **Seção I**

#### **Dos Processos de Votação**

Art. 16 - As votações serão realizadas por processo nominal, nos termos do disposto no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

### **Capítulo V**

#### **Do Adiamento da Discussão ou da Votação**

Art. 17 - O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pelo Plenário, mediante requerimento de, no mínimo, 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número.

§ 1º - Quando, para a mesma matéria, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, que, se aprovado, prejudicará os demais.

§ 2º - Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhamento de votação.

### **Capítulo VI**

#### **Da Retirada de Proposição**

Art. 18 - O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

Art. 19 - Quando pedida a retirada de proposição com parecer contrário, o presidente deferirá o requerimento, independentemente de votação.

Parágrafo Único - Dependerá da aprovação do Plenário o requerimento para retirada de proposição:

I - com parecer favorável;

II - integrante de emenda aglutinativa;

## **Capítulo VII**

### **Disposições Finais**

Art. 20 - As bancadas dos partidos ou blocos serão representados por seus líderes na Assembléia Legislativa.

Art. 21 - Após o encerramento dos trabalhos, convocar-se-á sessão solene para promulgação, ficando prejudicadas as matérias não apreciadas.

§ 1º - As Propostas de Emenda à Constituição transformadas em propostas revisionais, nos termos do § 7º do artigo 4º, não apreciadas, poderão retomar sua tramitação normal na Assembléia Legislativa, desde que apresentado requerimento nesse sentido pelo primeiro signatário.

§ 2º - Quaisquer dúvidas ou lacunas suscitadas no curso do processo de revisão constitucional serão sanadas com base no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 22 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.10.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

## **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

### **14ª LEGISLATURA**

### **ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA**

### **REALIZADA EM**

**20 DE NOVEMBRO DE 2000**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca,

Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### **SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### **EXPEDIENTE:**

### **Requerimento:**

#### **REQUERIMENTO Nº 2200**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado federal pelo PTB, Elias Nacle, ocorrido dia 15 de novembro de 2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.11.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### **JUSTIFICATIVA:**

No dia 15 último, faleceu o ex-deputado federal, Elias Nacle, que era advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; ex-presidente do Instituto de Açúcar e do Alcool.

Deixa viúva dona Irene Nacle e uma filha.

O passamento do doutor Elias Nacle veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Elias Nacle.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Elias Nacle, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família de Elias Nacle para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará Seu servo Elias Nacle sob a sua constante proteção, para que, renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Nacle, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 387/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Santuário de Nossa Senhora da Aparecida, no município de Itaipulândia.

Art. 2º - O Santuário de Nossa senhora da Aparecida, passa a fazer parte do calendário turístico do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para fins do que trata o *caput* deste artigo, fica instituído o dia 12 de outubro, como data oficial de comemoração do Dia da Padroeira.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Itaipulândia, localizado a 70 km da cidade de Foz do Iguaçu, às margens do lago de Itaipu, já foi denominado Aparecidinha do Oeste, uma alusão à Santa Padroeira do nosso País e à sua localização geográfica. O território do município tem movimentação antiga, mas o começo da colonização ocorreu a partir do início da década de sessenta. Um dos primeiros a fixar residên-

cia no local, foi o senhor Pedro Carvalho, em 1963, vindo de Pérola do Oeste.

Inicialmente, o serviço de comércio era feito através das localidades de Itacorá e Missal e de um armazém instalado na Fazenda Pólo e o meio de transporte era a tração animal, nas estradas tropeiras que davam acesso a Foz do Iguaçu e a São Miguel do Iguaçu, até meados da década de setenta. A primeira estrada de rodagem foi construída a mando do antigo prefeito de São Miguel ligando aquele município a Itacorá e passava por Aparecidinha do Oeste.

A escolha do local definitivo para a formação oficial de Aparecidinha do Oeste ocorreu somente no ano de 1965, quando se chegou a uma conclusão final sobre a divergência de se ficar do lado sul ou norte do lago Lambari.

Mas, Aparecidinha do Oeste só conseguiu se fortalecer e criar estrutura para sua emancipação política após o ano de 1982, quando ocorreu o fechamento das comportas da usina de Itaipu, que provocou enorme alagamento e criou o lago de Itaipu. Com o alagamento da região, Itacorá ficou completamente submerso, e então, Aparecidinha do Oeste assumiu a função de nova sede administrativa do antigo distrito, de onde foi transferida toda a infra-estrutura lá existente, correio, cartório, hospital, bancos, além de parte da população local.

Pela Lei Estadual nº 7438 de 1980, Aparecidinha do Oeste foi elevado a Distrito Administrativo e pela Lei nº 9908 de 1992, foi elevado à categoria de município, com sua denominação alterada para Itaipulândia.

#### Da Padroeira do Brasil

Há 283 anos, três exaustos pescadores retiraram do rio Paraíba, num braço de água que formava a letra "M", no Porto Itaguaçu, em São Paulo, a imagem de uma santa com as faces e as mãos enegrecidas. Os três pescadores estavam a serviço do capitão-mor Domingos Antunes Fichelho, que queria oferecer boa refeição ao conde Assumar, Pedro de Almeida Portugal, em visita à então Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá.

Os pescadores já perdiam a esperança de encontrar peixes em suas redes, chegando a remar mais de seis quilômetros pelo Paraíba, quando veio na rede primeiro o corpo da imagem de Nossa Senhora da Conceição e logo na segunda rede içada, surgiu a cabeça.

Com a imagem no fundo da canoa, começaram a surgir peixes e mais peixes. Era o primeiro milagre da imagem, depois venerada como Nossa Senhora Aparecida e aclamada Padroeira do Brasil.

A imagem original é pequena, de apenas dois palmos, rara por sua negritude no mundo católico. Mas é capaz de amealhar 60 milhões de devotos que, durante o ano todo, marcham em direção à cidade de Aparecida do Norte, no vizinho Estado de São Paulo. Famosa por seus milagres, a santa, na data de sua comemoração, 12 de outubro, recebe milhares de agradecimentos pelas graças concedidas.

**Do Projeto**

O município de Itaipulândia durante nove meses, ergueu, em homenagem à padroeira, uma gigantesca imagem de Nossa senhora Aparecida. O monumento, esculpido pelo artista e escultor curitibano Marcelo Francalacci, despertou curiosidade e a religiosidade de dezenas de pessoas que paravam diante da imagem para fazer orações, enquanto ela estava sendo erguida.

Na cidade, com 6 mil habitantes, nunca se viu nada igual. No Brasil, imagens réplicas do Cristo Redentor são comuns, mas a obra em Itaipulândia deve ser o primeiro e gigantesco monumento dedicado à sua mãe.

A estátua tem apenas um metro a menos que a do Cristo Redentor, localizada sobre a baía da Guanabara. A imagem leva 600 metros quadrados de pastilhas que revestem o concreto armado e, em seu interior, 80 metros quadrados ovalados são um convite à oração, à meditação e à paz. Está erguido em um morro onde afloram rochas cristalinas.

O monumento, que apresentou muita dificuldade para ser feito, pois só das mãos à cabeça são 8 metros de altura, foi esculpido com formão e martelo, com o auxílio de corda para içar o artista. Para entrar no monumento, a porta é um mapa do Brasil e contou com engenheiros e uma construtora.

E, em Itaipulândia, pode-se constatar uma grande curiosidade. Conforme a luz do sol reflete na imagem, as feições da santa tornam-se ora austeras e ora indulgentes.

Com a imagem construída, a população já vê os primeiros sinais de seu monumento. Pessoas de diversos lugares já passaram por Itaipulândia para fazer suas orações à Mãe Aparecida, Padroeira do Brasil. Como o monumento é único no Estado e o segundo do Brasil (réplica) estamos propondo que seja instituído o Santuário de Nossa Senhora Aparecida naquele município e que o mesmo passe a constar do calendário turístico do Estado do Paraná.

**PROJETO DE LEI Nº 388/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao doutor Paulo Renato Souza, digníssimo ministro da Educação, pelos relevantes serviços prestados à educação no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.2000.

(a) BERALDIN

**PROJETO DE LEI Nº 389/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Autoriza o Poder executivo a integrar, de forma permanente, profissionais da área de psicologia e profissionais da área de assistência social em todas as escolas do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A função dos profissionais de assistência social e psicologia será voltada para o acompanhamento dos alunos na escola e em sua comunidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento:

Nelson Justus, Irineu Colombo e Luiz Carlos Zuk.

**JUSTIFICATIVA:**

As taxas de evasão e repetência escolar, principalmente no ensino fundamental, infelizmente têm-se mantido constantes nos últimos anos.

Sabemos que um dos fatores fundamentais que causam o fracasso escolar está diretamente relacionado às precárias condições sócio-econômicas e culturais da família das crianças com dificuldades de aprendizagem.

O constante acompanhamento do(a) assistente social, e psicologia, com um profissional especializado, visa ajudar à família e ao estudante a buscarem a redução das negativas consequências advindas das dificuldades existentes. Tal atuação terá reflexos na diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do(a) professor(a) trazendo como resultado sensíveis melhorias nos níveis de aprendizagem dos estudantes. Além disso, será também de grande importância a atuação deste profissional na prevenção ao uso de drogas.

A gravidade dos problemas enfrentados nas escolas e a urgente necessidade de oferecer alternativas para o seu encaminhamento leva-me a esperar significativo apoio de meus Pares para a aprovação deste projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passamos ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Hoje pela manhã, na biblioteca desta Casa, pudemos acompanhar junto com o deputado Orlando Pessuti, com o presidente Nelson Justus e com os deputados Edson Praczyk, Serafina Carrilho e Ademir Bier, um encontro muito importante, promovido pelo Movimento Pró-Paraná e com o apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Um encontro que reuniu parlamentares

federais como Luciano Pizzato, Max Rosenmann, Gustavo Fruet. Presidido pela pessoa do doutor Francisco Cunha Pereira, presidente desse Movimento Pró-Paraná, que visa acompanhar atentamente a inauguração e execução do orçamento federal, para defender a transferência de maior volume de recursos públicos da União, para projetos de desenvolvimento e integração de suas comunidades. Essa foi a conclusão do encontro promovido pelo Movimento Pró-Paraná, com a bancada federal, hoje pela manhã, na biblioteca desta Casa.

Na ocasião, também foi lançado o Comitê de Relações Federativas Pró-Paraná, a quem caberá manter um estreito relacionamento com a nossa representação federal, além de sustentar os projetos de interesse geral do Estado, que dependam de verbas ou aprovação da União Federal.

Estiveram presentes os deputados Werner Wanderer, Luciano Pizzato, Max Rosenmann e Gustavo Fruet, o secretário de Planejamento Miguel Salomão, que representou o governo do Estado, deputados estaduais, representantes e membros da bancada federal e representantes de mais de uma dezena de entidades da sociedade civil paranaense. E na ocasião, o ex-ministro e ex-deputado federal Borges da Silveira foi empossado na Coordenação do Comitê Federativo do Pró-Paraná, tendo como coordenador adjunto o engenheiro Edmundo Fatuch.

Senhores deputados, foi um momento muito importante essa discussão desse Movimento Pró-Paraná, com os senhores deputados federais, porque muita coisa que está acontecendo em Brasília, pouco se tem notícia aqui no Estado do Paraná, como por exemplo, nem todos sabem das emendas que já foram colocadas - das quinze emendas colocadas pela bancada federal, dentro daquilo que estabelece um acordo de bancadas. Por exemplo, os deputados federais já colocaram como emendas, 80 milhões para construção de trechos rodoviários do corredor Mercosul, a BR-476, compreendendo os trechos de Porto Camargo-Campo Mourão e Adrianópolis-Bocaiúva do Sul. 80 milhões para o Sistema de Saúde, distribuídos entre hospitais, universidades, compra de equipamentos e reformas. 33 milhões para agricultura familiar, 33 milhões para patrulha mecanizada, 50 milhões para o metrô de Curitiba, 20 milhões para apoio ao desenvolvimento da educação profissional, 33 milhões para melhoria de condições de habitabilidade, 33 milhões para ações de geração de renda e os centros de uso múltiplo, 33 milhões para ações sociais e comunitárias no enfrentamento à pobreza, 33 milhões para implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes, 20 milhões para a Unioeste, cuja maior parcela é destinada ao Hospital Universitário. E outras emendas ainda não constantes desta relação.

Entendo, senhor presidente, senhores deputados, que este contato feito hoje com a bancada federal e com as comunidades, as entidades do Paraná, é um movimento salutar que pode possibilitar um melhor estreitamento de ações dos nossos parlamentares que nem

sempre têm o devido espaço, lamentavelmente, na imprensa nacional. Porque em Brasília é aquela situação, é uma meia dúzia de “caciques” que ocupam o espaço maior dentro do Congresso Nacional, dentro da Câmara Federal ou do Senado e pouco cabe aos demais parlamentares. E a bancada federal paranaense e este parlamentar é testemunha disso, lá estive por várias ocasiões, nas reuniões de bancadas, no período em que se marcaram as emendas, e pudemos comprovar perfeitamente, que a bancada paranaense é sensível, que a bancada paranaense tem até aberto mão de algumas emendas, de interesses políticos dos senhores parlamentares, nas suas bases eleitorais, para num todo, atender aqueles pontos fundamentais que o Estado precisa. Como por exemplo, falava hoje o deputado Luciano Pizzato, pouca gente sabe que os deputados federais abriram mão de emendas pessoais, para poder possibilitar a construção do prédio da Polícia Federal aqui em Curitiba, deixaram de levar algum benefício à sua comunidade, à sua base eleitoral, mas entenderam que, no maior, era muito mais importante atender à Polícia Federal, no todo, do que atender uma base eleitoral da sua região.

Senhor presidente, quero ocupar o espaço da Liderança do PTB, se nosso líder não for utilizá-lo, para conceder o aparte, inicialmente, ao deputado Neivo Beraldin.

### **O Sr. Beraldin**

Deputado Algaci Tulio, meus cumprimentos a Vossa Excelência por usar a tribuna para destacar este fato que ocorreu hoje. Ao mesmo tempo que cumprimento Vossa Excelência, cumprimento também o doutor Francisco da Cunha Pereira, que nunca mediu esforços para promover a integração do Paraná, para aproximar o Paraná junto ao governo federal, enfim, o doutor Francisco sempre tem se mostrado um homem preocupado com o desenvolvimento do Paraná.

Acho que muito teríamos a discutir em relação ao Paraná. Acho que deveríamos discutir a questão das hidrovias do Ivaí, uma coisa muito importante para a economia do Estado. Ganharíamos muito se implementássemos, se tornássemos uma realidade a hidrovia do Ivaí.

Temos que discutir outro assunto, deputado Algaci Tulio, que está me preocupando, a questão dos americanos, dos alemães, dos outros países desenvolvidos que estão comprando áreas, associados com as nossa ONG's, fundações estão comprando inúmeras áreas no Estado do Paraná. Acho que deveríamos discutir esta questão, porque está aí uma questão de soberania. Essa integração de fundações e ONG's, estas fundações internacionais estão comprando grande parte de Guaraqueçaba, já compraram. Estão comprando agora, em Guaratuba também.

Devemos nos envolver neste assunto, porque é uma questão de soberania do nosso Estado e do nosso Brasil.

Acho que esses dois temas que abordei, são temas de grande importância e que só ganharão corpo, com



certeza se os veículos de comunicação do nosso Estado tiverem uma preocupação neste sentido. Acho que começa aqui uma discussão que devemos ampliar esse debate ao longo do tempo, para sabermos exatamente em que pé está esta situação.

O fato é que muitos já venderam as suas áreas. Áreas que já são de preservação ambiental e que trazem junto consigo essas fundações nacionais e as internacionais. Naturalmente, é uma preocupação que deve envolver a todos os parlamentares.

Muito obrigado.

#### O SR. ALGACI TULIO

Agradeço o aparte, deputado Neivo Beraldin. Aliás, basta que se leia a “Veja” desta semana, para que se tome conhecimento da situação da Amazônia, que além de estar sendo devastada, também está sendo ocupada por muitas ONG’s internacionais e, certamente, com todos os problemas que estão ocorrendo por lá.

Vossa Excelência traz um tema importante, que acho até que deve servir como proposição, senhor presidente, para o próximo encontro do Movimento Pró-Paraná com a bancada estadual, porque na verdade, o encontro de hoje, foi um encontro em que se discutiu não as possíveis emendas para o Orçamento de 2001, porque as emendas já estavam colocadas. Mas, muito mais a cobrança dessas emendas, para que o investimento venha para o Estado do Paraná.

Agora, acho que poderíamos, estamos ainda em fase com prazo para as emendas ao Orçamento do Estado do Paraná. Quem sabe fosse muito mais interessante também fazermos o debate com esse Pró-Paraná à respeito do Estado do Paraná em si, como traz esse problema colocado agora por Vossa Excelência.

Mas, foi muito importante a explanação feita pelo secretário Miguel Salomão, como também o deputado Werner que acentuou a necessidade de uma união entre o governo do Estado, entidade da Sociedade Civil, com relação as emendas orçamentárias de interesse do Paraná.

Deputado Pizzato também, diz que para atingir toda essa possibilidade é necessário o melhor entrosamento.

Aliás o mesmo entrosamento que solicitamos aqui ao governo do Estado, para com a Bancada Estadual, foi também exigido hoje, pelos deputados estaduais.

Afinal de contas o Paraná tem um escritório político, em Brasília, que poucos deputados federais quem sabe, saibam disso. Qual é a finalidade desse escritório político, do governo do Paraná, lá em Brasília?

Finalizando, todos concordam que deve haver maior unidade política de natureza supra-partidária em torno da defesa dos interesses dos paranaenses, junto ao governo federal. Como resultado do encontro várias entidades oferecem também a sua colaboração para a formulação de propostas e acompanhamento da execução

orçamentária, como por exemplo, à Associação Comercial do Paraná e outras entidades.

Em suma, acho que foi um bom encontro senhor presidente, neste sentido, mais uma vez parabenizando o presidente desta Casa, deputado Nelson Justus, que tem feito desta Casa e do Plenário da nossa Assembléia, um espaço destinado a homens como o doutor Francisco da Cunha Pererira e tantos outros, ocuparem esta Casa, para que a sociedade paranaense venha aqui discutir, junto com os seus parlamentares estaduais, parlamentares federais e os senadores, que também precisam vir a esta Casa, a este movimento Pró-Paraná para trabalharem unidos pelo Paraná.

A questão político-partidária é um assunto que se briga no Plenário, no espaço da mídia.

Agora, à questão do interesse do Paraná tem que se suprepular essa questão política partidária, porque o Paraná não pode continuar sofrendo retaliação à nível nacional, perdendo divisas, verbas para Estados menores e com menos condições de produtividade, enquanto os nosso senadores, o governo do Estado e até alguns deputados federais preferem ficar naquela posição de quanto pior, melhor.

Não é por aí, a questão política cada um tem o seu pensamento, tem a sua ideologia. Agora o Paraná é maior que tudo isso e é bom que tenhamos rapidamente essa unidade política partidária em favor do nosso Estado.

Foi um resumo que queria fazer, senhor presidente, cumprimentando a todos que puderam hoje ter a felicidade de ter participado desse encontro, que foi de fundamental importância e tem que se repetir a cada semana, a cada segunda-feira ou a cada 15 dias, não só com a Bancada Federal mas com a Bancada Estadual também.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

Acabamos de participar das eleições municipais em todo o Paraná e tive a satisfação, senhor presidente de coordenar o grupo de trabalho eleitoral do PT do Paraná, trabalho este que começou ainda em junho, quando dividimos o Estado do Paraná em 33 regiões e colocamos em cada região um monitor que repassava orientação técnica e política aos nossos candidatos a vereadores para suporte e apoio aos nossos candidatos a prefeitos.

Fizemos a nossa conferência eleitoral, a primeira conferência eleitoral do Estado do Paraná. Demos suporte desde slogan de campanha, marketing, preceitos básicos de propaganda em política, diretrizes para programa de governo para que tivéssemos mais um vez as candidaturas a prefeito e vereadores do PT, uma marca de qualidade, porque o nosso partido preza muito esse detalhe, a firmeza política ideológica, mas também com

apurada técnica no que toca aos problemas de ordem pública, tanto na prefeitura como na Câmara de Vereadores.

E tivemos relativo sucesso. Temos hoje 148 vereadores do Paraná, preparados, vereadores que sabem o que é pertencer a um partido de esquerda e o que é ser disciplinado nesse partido. Temos hoje 10 prefeitos, entre os quais se incluem os prefeitos de Ponta Grossa, Maringá e Londrina, colégios eleitorais e municípios de importância tática no processo eleitoral paranaense.

Temos 10 vices-prefeituras e participamos aí de dezenas de coligações com os partidos nossos mais sintonizados aqui na Assembléia, como o PDT, o PTS e o PMDB. São esses partidos que majoritariamente temos coligações e que vamos juntos administrar vários municípios.

Mas para encerrar esse período que coordeno esse grupo de trabalho eleitoral, estamos promovendo nesse fim de semana, na Associação Banestado, na Praia de Leste, um curso de formação política e técnica, que é o último evento que terei a oportunidade de coordenar e após isso entrego então a minha tarefa dentro do meu partido nesse processo eleitoral.

Queremos dizer que esse curso encerra o período em que coordenamos o processo eleitoral do Paraná, entregamos à sociedade, aos municípios, vereadores capacitados, prefeitos capacitados para bem administrar.

Associado a nossa disciplina partidária é a nossa linha de coerência no sentido da postura ética e moral, acreditamos que estamos dando uma contribuição significativa ao cenário político paranaense.

As coligações que fizemos esse ano, associado a este forte crescimento do nosso partido no Estado do Paraná, nos coloca numa situação em que temos condições de conversar com as mais diferentes forças políticas, e sobretudo com as lideranças do Estado do Paraná, para juntos elaborarmos um projeto, no sentido de sermos governo na próxima eleição.

Esta é a nossa intenção. O PT não só quer ser um grande partido, mas quer ser um partido de postura para conversar com os seus possíveis aliados, com as demais forças políticas e suas Lideranças: como Nelson Friedrich, Edgar Bueno, Roberto Requião e tantas outras Lideranças, para juntos construirmos uma alternativa democrática de oposição ao governo que aí está.

Estaremos implementando a partir do ano que vem - dentro do nosso Partido, várias iniciativas: desde o estímulo a candidatura a deputado estadual e federal, teremos, com certeza, chapa completa. Estaremos, também, promovendo seminários para discutir um plano de governo ao Estado do Paraná. Um plano de governo que discute desde uma alternativa ao pedagiamento, passa pela educação, uma alternativa à privatização da educação, ao processo em que discutimos com os servidores do Estado do Paraná uma política de previdência e assim por diante.

Queremos dar uma alternativa a este Estado, uma alternativa à esquerda a este Estado. Estamos convidando

os senhores parlamentares que quiserem nos prestigiar, sobretudo aqueles parlamentares que estão mais sintonizados com a nossa política que participem conosco. Se não puderem participar na sexta e no sábado que é mais um assunto interno, estão convidados a participarem conosco neste domingo, na Praia de Leste na Associação Banestado, onde o Instituto Brasileiro de Administração Pública estará oferecendo curso de formação política e técnica aos eleitos do PT do Paraná. Todos estão convidados a dar a honra da presença e estarei distribuindo este pequeno folder, convidando, sobretudo, para no domingo estarem conosco. Um domingo que será bem proveitoso para todos os senhores e quem quiser participar, estaremos abertos a conversar e fazer a inscrição de outras pessoas para participarem deste curso.

Isto mostra, senhor presidente, que o nosso partido, acima de tudo, além da contundência ideológica, firmeza e disciplina interna, e na coerência e retidão ética e moral, sempre crescemos na parte técnica e apostamos na evolução técnica dos nossos eleitos.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: no Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a esta tribuna para dar prosseguimento a uma fala que tive semana passada, relativa ao problema na área de segurança. Estou pensando a esta Casa, senhor presidente, que começa a tramitar a partir de hoje, um projeto de resolução que diz respeito ao equipamento em relação à área de segurança. A Casa Militar do Palácio do Governo do Estado tem, à sua disponibilidade, dois helicópteros e nesses anos que eles estão em disponibilidade para a Casa Militar, raríssimas foram as ocasiões em que os helicópteros foram utilizados para os problemas relativos à área de segurança. Nesse sentido o projeto de resolução vem, cumprir, um problema que vem ocorrendo. Estamos transferindo os helicópteros da Casa Militar: um para a direção geral da Polícia Civil e um para o comando da Polícia Militar. Para que os episódios que aconteceram na Fazenda Rio Grande e que têm acontecido na Região Metropolitana e na Capital do Estado, não voltem mais a acontecer.

Acho que a possibilidade do Governo do Estado, em função das necessidades que o Governo do Estado tem: seja da Casa Civil, seja do gabinete do governador, seja da Casa Militar de adquirir um meio de transporte rápido em função das necessidades de deslocamento do chefe do Estado do Paraná, podem ser resolvidas com o governo do Estado adquirindo um aparelho dessa natureza. Não precisa trazer problemas para a área de segurança.

Então, dos dois aparelhos que foram adquiridos com os recursos do Funrespol, que sejam transferidos para a área de segurança a este projeto que está em tramitação. Espero que a Assembléia Legislativa vote o projeto de Regime de Urgência, para que possamos resguardar a segurança pública no Estado do Paraná.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PPB; PMDB; PFL; PSDB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos senhores deputados Nelson Justus, Irineu Colombo, Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 303/98, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que institui a Região Metropolitana de Apucarana pelos municípios que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO, EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

### ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/99, anexo ao Projeto de Lei nº 159/2000, de autoria do deputado Ademir Bier. Fica autorizado o governo do Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, conceder redução de taxa de coleta e tratamento de esgotos de 80% (oitenta por cento), para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água para famílias cuja renda atinja até dois salários-míni-

mos. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E FAVORÁVEL DA C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 054, de 24.05.99)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 267/99

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Ademir Bier, autoriza o Poder Executivo, através da Sanepar, conceder redução da taxa de coleta e tratamento de esgotos de 80% para 30% sobre o montante da fatura de água para famílias cuja renda atinja até dois salários.

#### Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça entende que a matéria comporta ato discricionário de exclusiva iniciativa do Poder Executivo, pois somente ele, governo do Estado, sabe dos limites de sua capacidade financeira. A eventual redução na tarifa poderia conduzir a Sanepar a uma situação de insolvência, inviabilizando o volume de investimentos para melhorar as condições de saúde de nossa população, através da ampliação de sistemas de esgotamento sanitário. Analisando sobre o aspecto social, já existem instrumentos legais para atender, com os serviços de água e esgoto, as classes menos favorecidas (famílias de baixa renda) através da tarifa social e os desempregados com a suspensão temporária de pagamento das tarifas, Lei nº 10.238, de 05 de janeiro de 1993.

#### Conclusão

Sendo assim, estamos apresentando Parecer Contrário ao projeto de lei em tela.

Sala das Sessões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 267/99

P A R E C E R :

Para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do deputado Ademir Bier, autoriza o governo do Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, a conceder redução de taxa de coleta e tratamento de esgotos de 80% (oitenta por cento), para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água para famílias cuja renda atinja até dois salários mínimos.

A medida proposta é de alta relevância social, pois objetiva atenuar a situação da população de baixa renda que, além de penar com a escassez de empregos e salários defasados (sem citar as dificuldades de acesso a serviços básicos, fundamentais para sua qualidade de vida), tem ainda que arcar com taxas de serviços que oneram o orçamento doméstico. Sendo assim, nosso Parecer é Favorável.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.03.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Shalon de Serviço Social, com sede em Morretes. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. Publ. no D.A. nº 096, de 17.08.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 437/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Shalon de Serviço Social, com sede e foro no município de Morretes.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 200, de 14.12.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 653/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo autorizar a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 653/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo autorizar a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta Comissão a opinar, entende que com o Hospital Regional no município de Francisco Beltrão em funcionamento, será uma forma de minimizar o sofrimento dos pacientes e de suas respectivas famílias, que são obrigadas a se deslocar até a capital paranaense para receber atendimento médico-hospitalar.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 31.05.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

EDSON PRACZYK - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 653/99

#### P A R E C E R :

#### Relatório

De autoria da deputada Luciana Rafagnin, o presente plano de lei autoriza a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão.

#### Fundamentação

Tal iniciativa pretende propiciar um atendimento rápido e eficaz às famílias que atualmente sofrem com o deslocamento de horas em busca de tratamento médico.

Com a construção do Hospital Regional do Sudoeste, as famílias serão beneficiadas pela melhoria das condições de acesso à saúde, ocasionando um conforto maior à população da região.

#### Conclusão

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 10, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 653/99.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13.11.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ADEMIR BIER - Relator

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que obriga o concursado a cargo público a apresentar sua declaração de renda. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 25.10.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 340/2000

#### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, obriga o concursado a cargo público a apresentar sua declaração de renda.

Autuada em 26.10.2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, face a crescente improbidade em todos os níveis do Poder Público faz-se mister a declaração de renda e bens do concursado, declarações estas que proporcionarão melhores condições de avaliar qualquer aumento de patrimônio de seus funcionários, se lícito ou ilícito.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposta em questão, na forma de emenda anexa.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 340/2000**

O artigo 1º passará a vigor com a seguinte redação:  
“Art. 1º - A administração pública, em todos os níveis, fica obrigada a exigir dos aprovados em concurso público, a sua declaração de renda e bens, e a relação de todos os bens móveis e imóveis adquiridos até a data de sua nomeação.”

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Durval Amaral.

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Bairros de Itapema e Pinheirinho de Antonina. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147, de 30.10.2000).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 345/2000**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Associação de Moradores dos Bairros de Itapema e Pinheirinho - AMBIP, de Antonina.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria,

nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação Espírita Jesus e Maria, com sede em Irati. **FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 154, de 08.11.2000).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 371/2000**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, Associação Espírita Jesus Maria, com sede e foro no município de Irati.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relator

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 157, de 13.11.2000).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 374/2000**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, visa dispor sobre a extinção de débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica.

Recebida em 13.11.2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, verificou que a propositura se justifica face a necessidade de saneamento das finanças do Estado, no tocante aos débitos decorrentes de

decisões judiciais e consubstanciados em precatórios requisitórios (artigo 100 da Constituição Federal e artigo 730 do Código de Processo Civil) e face a necessidade de agilizar-se a cobrança da dívida ativa do Estado, fazendo com que os devedores possam ter condições de saldar seus débitos com o fisco paraense.

#### **Conclusão**

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 374/2000**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, visa dispor sobre a extinção dos débitos fiscais, mediante compensação, nos casos que especifica.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o § 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, não encontrou nada que pudesse impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Antes de passarmos aos requerimentos, quero lembrar que hoje, por requerimento do deputado Orlando Pessuti, às 17:00 horas, teremos Sessão Solene em comemoração à data nacional da Consciência Negra e celebração dos 305 anos de morte de Zumbi dos Palmares.

#### **O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Enquanto se processa a retirada dos parlamentares para, evidentemente, a reunião no Palácio Iguaçu, os deputados do governo, quero também anunciar a este Plenário que a reunião do Bloco Parlamentar Agropecuário, em conjunto com as Federações e Associações de Criadores do Paraná, por nós ajustada para o dia de amanhã, às 10 horas, no Plenarinho desta Casa, está sendo adiada para semana que vem, a pedido da própria Federação Paranaense de Associação de Criadores. Então, enquanto os deputados permanecem, ainda, nas dependências do Legislativo, que eles saibam que a reunião do Bloco Agropecuário de

amanhã pela manhã, com a Fipac, foi adiada para a semana que vem, com data a ser ajustada.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2200, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.**

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, requeiro verificação de quórum para votação dos requerimentos.

#### **O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Requeremos, em nome da Bancada da Oposição, a chamada nominal.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Mesa defere e solicita ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

#### **O SR. 1º SECRETÁRIO (Antonio Baratter)**

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)**

#### **O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, no dia 15 de agosto deste ano, apresentamos um requerimento com pedido de informação dirigido ao secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura. A Mesa, o deputado Hermas Brandão, encaminhou no dia 15 de agosto, o ofício ao secretário. O artigo nº 55 da Constituição do Paraná diz que o secretário tem 30 dias para responder, caso contrário, será enquadrado em crime de responsabilidade juntamente ao governador do Estado.

De forma, senhor presidente, que quero pedir a Vossa Excelência a vossa interveniência para saber se o secretário Hitoshi Nakamura respondeu ao requerimento, se ele está na Assembléia Legislativa ou se ainda não o fez, para que possamos tomar as providências cabíveis em relação a este pedido de informações.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Procede sua indagação e responderei até amanhã, o mais tardar, o que aconteceu com este requerimento.

Dezenove deputados estão presentes. Como trata-se de requerimento de voto de pesar, vou submeter à votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O restante da matéria depende de quórum.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 267, 437, 653/99, 340, 345, 371 e 374/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/2000.

Levanta-se a sessão.

## Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 040/2000 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

### R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA		
Código	P/A	Valor
33903600	2000	200.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA		
Código	P/A	Valor
33903000	2000	100.000,00
33903400	2000	50.000,00
33903300	2000	50.000,00
		200.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 03.11.2000.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

Visto:

Deputado Hermas Brandão - 1º Secretário

## Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil, às dez horas da manhã, reuniram-se na Sala de Reuniões

das Comissões, os nobres Pares desta Comissão, em caráter ordinário, presidida pelo senhor deputado Edson Strapasson. Havendo número legal, contando com as presenças dos deputados Divanir Braz Palma, Edson Praczyk, Luiz Carlos Zuk e Hermes Fonseca, e não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente deu início à reunião. Na continuidade, o senhor presidente teceu comentários, estabelecendo uma rotina para as novas reuniões (vide notas taquigráficas), mencionando na sequência os projetos de lei a serem analisados. 1) Projeto de Lei nº 25/2000, de autoria do senhor deputado Tony Garcia e Augustinho Zucchi. Relator: deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL. O senhor relator expôs o porquê do seu parecer favorável, recebendo a sugestão do presidente e dos nobres Pares para que fosse elaborada uma emenda da Comissão. Todos concordaram. Sugere o presidente a análise do próximo Projeto de Lei, nº 177/2000, de autoria do senhor deputado Plauto Miró. Relator: deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL. 3) Projeto de Lei nº 296/2000, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi. Relator: deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL. Foram colocados em votação, ficando todos aprovados. Para finalizar, o presidente informou que na próxima reunião, do dia 22.11.2000, irá convidar os seguintes Órgãos: Corpo de Bombeiros, com o objetivo de relatar para a Comissão a questão da segurança, ou seja, mortes por asfixia/vazamento de gás em aquecedores. O IML, trazendo um relatório, dos últimos dois anos, do número de mortes ocorridas em função desse tipo de equipamento, se foram mortes por ingestão de gás, por respirar um gás tóxico, ou foram por asfixia, que é o caso de quando a chama queima o oxigênio, faltando então no ambiente, causando desmaio e óbito. O Secovi, que é o Órgão representante das imobiliárias, com a intenção de explicar como é feita a conscientização do futuro inquilino, haja visto que a primeira explicação é feita na instalação, então como ficariam os próximos inquilinos, à medida que o imóvel vai sendo utilizado. Contando também com dois vendedores que ora estão no mercado, dos respectivos aparelhos. O deputado Zuk também dá sua opinião ao assunto, se reportando ao problema de mortes ocorridas em Ponta Grossa (notas taquigráficas). Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária